

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Contratação de empresa especializada para a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ROÇADA MECANIZADA POR METRO QUADRADO (m²)**, para atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Obras do Município de Itajaí, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência e no Estudo Técnico Preliminar.

1.1. Tipo de objeto

(x) Serviço Comum

1.2. Especificações e quantidades

Qtd	Descrição Detalhada	Valor por m²	Valor total
6.000.000	Roçada por metro quadrado (m ²).	R\$ 0,28	R\$ 1.680.000,00
		Total	R\$ 1.680.000,00

1.3. Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.3.1. Os serviços desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4. Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.4.1. O serviço é enquadrado como serviço continuado, sem dedicação exclusiva de mão de obra, executado sob regime de preço unitário por demanda, uma vez que atende à necessidade da Administração Pública, relacionada ao serviço de manutenção e conservação urbana, atividades da Secretaria Municipal de Obras – SMO, sendo a vigência plurianual mais vantajosa, conforme consta no Estudo Técnico Preliminar.

Da aplicabilidade da Lei Municipal nº 7.785/2025

Em atendimento à Lei Municipal nº 7.785/2025, que dispõe sobre o tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações públicas municipais, procedeu-se à análise de aplicabilidade de seus dispositivos ao objeto desta contratação.

O serviço em questão envolve execução contínua, sem equipe exclusiva e equipamentos, mas que demanda estrutura técnica e operacional que não se encontra disponível entre as microempresas ou empresas de pequeno porte locais, conforme apurado nas consultas de

Secretaria Municipal de Obras
Rua José Pereira Liberato, 1899 – Bairro São
João CEP 88.304-400 - Itajaí/SC Telefone: (47) 3228-7979 ou

mercado realizadas.

Dessa forma, não é possível a aplicação de licitação exclusiva para ME/EPP, reserva de cotas ou subcontratação obrigatória, nos termos da Lei Municipal nº 7.785/2025.

Permanecem assegurados, contudo, os direitos gerais de participação e preferência previstos na legislação federal e municipal, observando-se os princípios da ampla competitividade e vantajosidade.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação tem por finalidade assegurar a continuidade e a regularidade dos serviços de roçada mecanizada em áreas públicas e terrenos baldios do Município de Itajaí, atividade integrante da política de manutenção e conservação urbana sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Obras.

Conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar, o Município apresenta demanda recorrente e crescente por serviços de roçada, especialmente nas regiões dos bairros Santa Regina (I, II e III), Santa Clara, Portal II, entre outros, além da necessidade de apoio às demais localidades quando demandado. A manutenção periódica dessas áreas é essencial para a preservação da salubridade pública, prevenção da proliferação de insetos e roedores transmissores de doenças, melhoria da segurança viária e conservação do ambiente urbano.

A estrutura operacional atualmente disponível não é suficiente para absorver integralmente o volume estimado de áreas a serem atendidas, seja em razão da limitação de equipes próprias, seja pela insuficiência de equipamentos para execução contínua e simultânea em diferentes regiões do Município.

A contratação de empresa especializada, por meio de contrato administrativo, mostra-se a solução mais adequada sob os aspectos técnico, econômico e operacional, garantindo a disponibilização de equipe e equipamentos necessários à execução planejada dos serviços, com medição por metro quadrado efetivamente executado.

A modelagem adotada observa os princípios da eficiência, da economicidade e da continuidade do serviço público, previstos na Lei Federal nº 14.133/2021, além de estar alinhada ao entendimento recente do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina quanto à inadequação do Sistema de Registro de Preços para serviços de natureza continuada.

Dessa forma, a contratação pretendida atende ao interesse público, assegurando a manutenção adequada das áreas públicas municipais e contribuindo para a qualidade de vida

da população.

3. DOS PARÂMETROS DA LICITAÇÃO

A referida contratação será realizada por Pregão Eletrônico.

O fornecedor será selecionado por meio da adoção do critério de julgamento pelo menor preço por metro quadrado (m²), conforme estimativa global prevista.

4. DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

4.1. Tratando-se serviços continuados, mas não com dedicação exclusiva, o critério de aceitabilidade de preços será:

4.1.1. Menor preço: (x) por metro quadrado (m²).

4.1.2. Regime de execução: (x) por preço unitário () preço global

4.2. Serão exigidas amostras?

(x) Não

4.3. Será exigida garantia de proposta?

(x) Não

5. DOS CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO

Habilitação jurídica (art. 62, inciso I);

Habilitação fiscal, social e trabalhista (art. 62, inciso III);

Qualificação técnica (art. 62, inciso II): Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

- Atestado de Capacidade Técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante realizou serviços compatíveis com o objeto da presente licitação. Informações mínimas no atestado: nome da pessoa jurídica que forneceu o atestado, com identificação da pessoa/cargo que assinou o documento; identificação do objeto; local e data;

Qualificação econômico-financeira

- Apresentar Certidão negativa de efeitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, conforme inciso II, do artigo 69, da Lei

14.133/2021;

6. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. Prazo de execução: O objeto deverá ser prestado diariamente, de acordo com os horários de atendimento da SMO e com as demandas indetificadas pelo fiscal do contrato, por 12 meses. Possibilidade de prorrogação (art. 107) respeitando a vigência máxima decenal, desde que as condições de preços permaneçam vantajosos a Administração.

6.2. Garantia contratual: Será exigida garantia contratual, nos moldes do Arts 96 a 102 da Lei nº 14.133/21?

(x) Não

6.3. Garantia do produto/serviço, manutenção e assistência técnica.

(x) Não

() Sim

7. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

7.1. Obrigações da Contratada:

- a) Atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência do Contrato, limitada ao quantitativo de cada item;
- b) Ao fornecimento do objeto, de acordo com as especificações constantes, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;
- c) Manter, durante a vigência da contratação, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas;
- d) Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados a Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligencia, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;
- e) Responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;
- f) Manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, o Contratante em caso de alteração;

- g) Os equipamentos deverão estar devidamente identificados, com plotagem, especificando que estão a serviço da SMO, conforme padrão a ser apresentado pelo fiscal;
- h) Os serviços poderão ser deslocados para as demais regiões do Município, para atender as demandas de serviços da SMO;
- i) Os funcionários deverão estar devidamente uniformizados, com dizeres a Serviços da SMO, e todos os EPI's.

7.2. Obrigações da Contratante:

- a) comunicar a Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas aos objetos entregues;
- b) efetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada na licitação e no Contrato;
- c) promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento/prestação dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;
- d) rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela Contratada fora das especificações do contrato;
- e) observar para que durante a vigência da contratação sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- f) aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;
- g) prestar à CONTRATADA informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;

8. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

8.1. A presente contratação será formalizada por:

- (x) Contrato administrativo – período de 12 meses a contar da assinatura do Contrato. () Ata de registro de preços.
() Autorização de Fornecimento.

8.2. Gestão e Fiscalização:

Gestor:

Tarcizio Zanelato
Secretário de Obras
Matrícula: 957605

Fiscal de Gestão:

Lucia Regina Wuppel
Diretora de Gestão
Matrícula: 248903

8.3. Gestão de Riscos:

A execução contratual estará sujeita à gestão de riscos, em conformidade com o Mapa de Riscos anexo a este Termo de Referência, elaborado conforme o art. 18, § 1º, inciso X, da Lei Federal nº 14.133/2021.

O gerenciamento dos riscos tem como objetivo identificar, monitorar e mitigar eventos que possam comprometer a execução contratual, em especial aqueles relacionados à indisponibilidade de veículos e equipamentos, atrasos na prestação dos serviços, substituição de pessoal e descumprimento de normas ambientais e de segurança.

A fiscalização do contrato deverá acompanhar periodicamente o plano de mitigação, verificando a adoção das medidas preventivas e corretivas previstas, bem como comunicando formalmente à contratada qualquer ocorrência de risco que impacte a continuidade dos serviços.

9. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

9.1. Os serviços contratados serão recebidos provisoriamente a cada período de medição, mediante verificação inicial pelo fiscal designado.

9.2. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias após a emissão da nota fiscal, revestida do aceite da autoridade competente e responsável pela Secretaria gestora, por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente, indicadas pelo Contratado em sua proposta comercial.

9.2.1. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.2.2. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.2.3. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.2.4. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10. RECEBIMENTO

10.1. Os serviços contratados serão recebidos provisoriamente a cada período de medição, mediante verificação inicial pelo fiscal designado.

10.2. O recebimento provisório será formalizado por relatório técnico e planilha de medição, acompanhados da nota fiscal.

10.3. O recebimento definitivo ocorrerá até 5 (cinco) dias úteis após a verificação da conformidade e regularidade dos serviços, mediante termo de aceite.

10.4. Caso identificadas falhas, a contratada será notificada e deverá corrigir as irregularidades no prazo de 3 (três) dias úteis, sem prejuízo de penalidades.

10.5. O recebimento definitivo constitui condição indispensável para a liquidação e pagamento da fatura.

11. REAJUSTE

11.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

11.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

11.3. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

11.4. O reajuste será realizado por apostilamento.

12. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS: conforme regulamentado na Lei

14.133/2021.

13. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

O custo estimado, que é o máximo aceitável, é de **R\$ 1.680.000,00** (um milhão seiscentos e oitenta mil reais), conforme cotação.

14. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas correrão por conta da seguinte dotação: 435

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Paulo Ricardo da Silva

Responsável pela elaboração do TR

Tarcizio Zanelato

Secretário Municipal de Obras